



Radiofoto Reuter

Chanceleres e diplomatas do Grupo de Contadora também se reuniram ontem em Montevideú

Brasil e Argentina vão endurecer com credores

DOS ENVIADOS ESPECIAIS

MONTevideú — Brasil e Argentina mantiveram encontro paralelo, na manhã de ontem, em Montevideú, onde se realiza a reunião do Consenso de Cartagena, para elaborar proposta conjunta de endurecimento nas negociações e também para detalhar o acordo de Foz do Iguaçu, pelo qual os dois países pretendem equilibrar o comércio bilateral para que nunca haja saldo superior a US\$ 50 bilhões a favor de qualquer dos lados.

O embaixador Thompson Flores, chefe da Secretaria de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores e presidente brasileiro da Comissão de Alto Nível Brasil-Argentina, afirmou que os dois países estão tentando iniciar uma ação continental de comércio, e que ao Brasil não interessa ter superávit comercial.

Segundo Thompson Flores, é necessário reforçar o comércio regional, de modo a evitar cada vez mais a dependência do Norte. Este ano, afirmou, haverá esse equilíbrio, em torno de US\$ 1 bilhão.

O presidente argentino da comissão, Jorge Romero, assim como Thompson Flores, não descartam a possibilidade de que produtos da indústria bélica brasileira venham a compor o conjunto de trocas. Salientou Romero, no entanto, que a Argentina tem grande interesse em ex-

portar, no prazo de três anos, até US\$ 400 milhões em gás natural e derivados de petróleo ao Brasil, mantendo o intercâmbio energético nesta faixa, a partir do quarto ano.

DÍVIDA EXTERNA

Resulta evidente, para todos os observadores, que no curto espaço de um ano e meio o espírito do Consenso de Cartagena endureceu nas suas posições relativas aos credores. Na primeira reunião, celebrada dia 22 de junho de 1984, no paradisíaco porto de Cartagena (Colômbia), o então ministro da Economia argentina, Bernardo Grins Pun, não se cansava de repetir: "Não pretendemos formar um clube de devedores. Nossa decisão é pagar a dívida externa, cumprir nossos compromissos internacionais".

Outro chanceler latino-americano ironizou: "O que estamos tratando de formar é um clube de pagadores". E certamente que em termos gerais esses princípios não variaram. Continua firme a decisão de cumprir com os compromissos internacionais. Mas a metodologia de como fazê-lo endureceu.

Na reunião realizada em Mar del Plata, a segunda do Consenso de Cartagena, em setembro do ano passado, o chanceler do Brasil na ocasião, Saraiva Guerreiro, vendo as instalações do hotel — amplas salas vazias, cortinas sombrias e decadentes —, disse: "É o lugar ideal para que se

reúnam países pobres e endividados". De Mar del Plata saiu, fundamentalmente, a decisão de continuar o tecido da trama. Mas não muito mais. A Argentina era então a expressão contestatária, e o ministro Grinspun continuava praticando seu estilo de economia-terror, amedrontando os credores com palavras.

Na terceira reunião, em São Domingos, realizada quase próxima às festas de final de ano, tampouco se avançou e resultou difícil observar algum dinamismo que tenha superado as definições do primeiro encontro. O ano de 1985 transcorreu sem que "fizéssemos quase nada", disse ao Estado um delegado argentino, confundindo inadvertidamente os que eles fizeram ou deixaram de fazer com o dinamismo próprio de seus feitos. "Também acontece o que tu não fazes" — diz o zen.

E na América latina em 1985 sucederam coisas importantes: o México deixou de ser exemplo para os credores porque apesar das suas intenções não pôde cumprir as pautas fixadas pelo FMI. Os credores sugeriram US\$ 32 bilhões a mais do que no ano anterior da economia da região.

E aconteceu, também, que na Argentina o ministro Bernardo Grinspun foi substituído pelo tecnocrata Juan Sourrouille, inventor de um plano de ajuste com estrutura de aço, mas recoberto de felpa. E a Argentina deixou as posições contestatórias e tornou-se flexível.